

SENADO FEDERAL

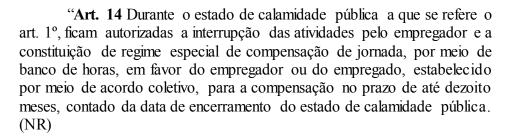
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

EMENDA N° - CM

(à MPV n° 927, de 2020)

Modifique-se o *caput* do art. 2°, o *caput* do art. 14, ao qual fica adicionado novo §3°, da Medida Provisória 927/2020, que assumem as seguintes redações:

"Art. 2º Durante o estado de calamidade pública a que se refere o art. 1º, os empregados, representados por comissão entre e por estes escolhida, e o empregador poderão celebrar acordo coletivo, a fim de garantir a permanência do vínculo empregatício, que terá preponderância sobre os demais instrumentos normativos, legais e negociais, respeitados os limites estabelecidos na Constituição." (NR)



§3º Para a celebração do acordo coletivo de que trata o *caput* deste artigo, os empregados serão representados por comissão entre e por estes escolhida."

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda propõe dotar a negociação dos termos contratuais de trabalho, de validade limitada ao tempo de vigência do estado de calamidade pública, de natureza coletiva, abandonando a proposta original de individualização dessa tratativa. Propõe-se que a negociação seja realizada entre a pessoa jurídica (empregador) e os empregados (vinculados à mesma pessoa) representados por comissão por estes escolhida. Ficariam assim garantida a simplicidade do processo e, ademais, afasta a arguição de desconsideração da hiposuficiência do trabalhador frente ao patrão, um dos mas importantes princípios da regulação do trabalho no Brasil.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Sala da Comissão,

Senador TASSO JEREISSATI